



**CONSELHO DA  
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 26 de janeiro de 2012 (01.02)  
(OR. de)**

**5698/12**

**COPEN 17**

**NOTA DE ENVIO**

---

de: Dra. Gabriela Kopinitis, Adida/ Assuntos de Justiça, Representação Permanente da Áustria junto da União Europeia

data de receção: 20 de janeiro de 2012

para: Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia  
Rafael Fernández-Pita y González, Diretor-Geral da DG H Justiça e Assuntos Internos

---

Assunto: Transposição da Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho, de 27 de novembro de 2008, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia, pela Áustria

---

Exmo. Sr. Pita y González,

A Representação Permanente da Áustria junto da União Europeia envia em anexo informações do Ministério Federal austríaco da Justiça relativas à transposição Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho, de 27 de novembro de 2008.

(Fórmula de cortesia)

(ass.) Gabriela Kopinitis

---

Viena, 19 de janeiro de 2012

**Transposição da Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho,  
de 27 de novembro de 2008, relativa à aplicação do princípio do  
reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham  
penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da  
execução dessas sentenças na União Europeia, pela Áustria  
– Esclarecimentos e autoridades competentes**

---

**I. Artigo 2.º – Designação das autoridades competentes:**

**1. Autoridades competentes para receção de pedidos:**

As autoridades competentes para receção e execução de pedidos são os tribunais regionais.

A decisão, acompanhada da certidão, deve ser transmitida ao tribunal de primeira instância do círculo judicial em que a pessoa condenada tenha a sua residência habitual. Se a pessoa estiver detida na Áustria por ordem judicial, a competência é determinada em função do local de detenção. Quando não for possível determinar o tribunal austríaco competente segundo estes critérios, será competente o Tribunal Penal Regional de Viena.

**Lista e endereços dos tribunais regionais competentes**

Para obter informações sobre a competência territorial dos tribunais de primeira instância a seguir enumerados, é favor consultar o Atlas Judiciário Europeu no sítio internet da Rede Judiciária Europeia (<http://www.ejn.crimjust.europa.eu>).

<b>1. Landesgericht Eisenstadt</b>	Wiener Straße 9 7000 Eisenstadt Tel: +43/2682/701 Fax: +43/2682/701-444 <a href="mailto:lg Eisenstadt.praesidium@justiz.gv.at">lg Eisenstadt.praesidium@justiz.gv.at</a>
<b>2. Landesgericht Feldkirch</b>	Schillerstraße 1 6800 Feldkirch Tel: +43/5522/302-0 Fax: +43/5522-31779 <a href="mailto:lgfeldkirch.praesidium@justiz.gv.at">lgfeldkirch.praesidium@justiz.gv.at</a>
<b>3. Landesgericht für Strafsachen Graz</b>	C. v. Hötzen Dorfstraße 41 8010 Graz Tel: +43/316/8047 Fax: +43/316-5600 <a href="mailto:lgstrafsachengraz.praesidium@justiz.gv.at">lgstrafsachengraz.praesidium@justiz.gv.at</a>
<b>4. Landesgericht Innsbruck</b>	Maximilianstraße 4 6020 Innsbruck Tel: +43/512/5930-0 Fax: +43/512-582286 <a href="mailto:lginnsbruck.praesidium@justiz.gv.at">lginnsbruck.praesidium@justiz.gv.at</a>

<b>5. Landesgericht Klagenfurt</b>	Dobernigstraße 2 9020 Klagenfurt Tel: +43/463/5840-0 Fax: +43/4635840-300 lgklagenfurt.praesidium@justiz.gv.at
<b>6. Landesgericht Korneuburg</b>	Hauptplatz 18 2100 Korneuburg Tel: +43/2262/799-0 Fax: +43/2262/799-275 lgkorneuburg.praesidium@justiz.gv.at
<b>7. Landesgericht Krems an der Donau</b>	Josef Wichner Straße 2 3500 Krems Tel: +43/2732/809-0 Fax: +43/2732/809-401 lgkrems.praesidium@justiz.gv.at
<b>8. Landesgericht Leoben</b>	Justizzentrum Leoben Dr. Hanns-Groß-Straße 7 8700 Leoben Tel: +43/3842/404-0 Fax: +433842/404-1035 lgleoben.praesidium@justiz.gv.at
<b>9. Landesgericht Linz</b>	Fadingerstraße 2 4020 Linz Tel: +43/5 7601-21 Fax: +43/5 7601-2930 lglinz.praesidium@justiz.gv.at

<b>10. Landesgericht Ried im Innkreis</b>	Bahnhofstraße 56 4910 Ried im Innkreis Tel: +43/5 7601-25 Fax: +43/5 7601-1188 lgried.praesidium@justiz.gv.at
<b>11. Landesgericht Salzburg</b>	Rudolfsplatz 2 5020 Salzburg Tel: +43/5 7601-233 Fax: +43/5 7601-1201 lgsalzburg.praesidium@justiz.gv.at
<b>12. Landesgericht St. Pölten</b>	Schießstattring 6 3100 St. Pölten Tel: +43/2742/809 Fax: +43/2742-79566 lgstpaelten.praesidium@justiz.gv.at
<b>13. Landesgericht Steyr</b>	Spitalskystraße 1 4400 Steyr Tel: +43/5 7601-26 Fax: +43/5 7601-1188 lgsteyr.praesidium@justiz.gv.at
<b>14. Landesgericht Wels</b>	Maria-Theresien-Straße 12 4600 Wels Tel: +43/5 7601-24 Fax: +43/5 7601-1188 lgwels.praesidium@justiz.gv.at

<b>15. Landesgericht für Strafsachen Wien</b>	Landesgerichtsstraße 11 1082 Wien Tel: +43/1/40127 Fax: +43/4025904 lgstrafsachenwien.praesidium@justiz.gv.at
<b>16. Landesgericht Wiener Neustadt</b>	Maria-Theresien-Ring 5 2700 Wiener Neustadt Tel: +43/2622/21510 Serie Fax: +43/2622/21510-272 oder 276 lgwienerneustadt.praesidium@justiz.gv.at

## 2. Autoridades competentes para emissão de pedidos:

A autoridade competente para emissão de pedidos de execução é o Ministério Federal da Justiça.

## **II. Artigo 4.º, n.º 7, alínea a):**

A Áustria declara que, nas suas relações com os Estados-Membros que fizeram a mesma declaração, não é necessário o consentimento prévio nos termos do artigo 4.º, n.º 1, alínea c), para transmitir a sentença e a certidão se a pessoa condenada viver e residir legal e ininterruptamente há, pelo menos, cinco anos na Áustria e aí mantiver um direito de residência permanente.

**III. Artigo 7.º, n.º 4, alínea a) – dupla criminalização:**

A Áustria declara que não aplicará o artigo 7.º, n.º 1.

**IV. Artigo 23.º, n.º 1 – línguas:**

A certidão deve ser acompanhada de uma tradução em língua alemã. As certidões noutras línguas são aceites com base na reciprocidade, ou seja, desde que o Estado-Membro concernido, enquanto Estado de execução, aceite também certidões em língua alemã.

---